MARAVILHOSA GRAÇA

Texto Áureo: Rm. 6.14 Leitura Bíblica: Rm. 6.1-12

INTRODUÇÃO

Em Tt. 2.11 Paulo escreve que “a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens”. Diante de tudo que estudamos até agora, vemos que não há escapatória para a humanidade a não ser através do caminho que Deus mesmo preparou (Jo. 14.6; At. 4.12). Esse é um caminho de graça, isto é, não decorre do merecimento humano. A maravilhosa graça de Deus é um dos temas centrais do evangelho, cantada em hinos antológicos e rimada em poesias sublimes.

I – COMPREENDENDO A GRAÇA

A definição de graça, de acordo com o próprio apóstolo Paulo se encontra em Rm. 11.6: “Mas se é por graça, já não é pelas obras; de outra maneira, a graça já não é graça. Se, porém, é pelas obras, já não é mais graça; de outra maneira a obra já não é obra”. A palavra graça, no sentido paulino, se refere a uma atitude da parte do próprio Deus que provem inteiramente dEle e que não está condicionada a qualquer objeto de Seu favor. É o que constatamos ao ler Rm. 4.4 “Ora, àquele que faz qualquer obra não lhe é imputado o galardão segundo a graça, mas segundo a dívida”. Se a salvação é dada com base no que o homem fez, então, a salvação dada por Deus seria o pagamento de uma dívida, mas quando a fé é computada para justiça não há qualquer mérito da parte do homem, pois ele obtém algo que não merece. É válido destacar aqui que a fé não pode ser categorizada como obra, pois o valor da fé não reside nela mesma, mas exclusivamente em seu objeto: Jesus Cristo. A fé, como bem explicita John Stott, é “o olho que o contempla, a mão que recebe a sua dádiva divina, a boca que bebe da água da vida” (p.134). Como bem conclui Hooker, “Deus justifica o que crê – não por causa do valor de sua crença, mas por causa do valor daquele em que ele creu”. Seguindo o argumento de Paulo, entendemos que ‘graça’, charis no grego, é antônima de ‘obras’ ou de ‘lei’ e tem relação especial com a culpa do pecado (Rm. 5.20; 6.1) e, de alguma forma, esta correlacionada com ‘misericórdia’. Em sua misericórdia Deus deixa de nos dar aquilo que merecemos, mas em sua graça Ele nos dá aquilo que não merecemos. Nos escritos não paulinos, essa definição é também adotada em textos como Jo. 1.17; At. 15.11 e Hb. 13.9. Contudo, existe uma possibilidade de perversão dessa definição em direção ao antinomianismo e que é objeto de discussão de Judas (v. 4).

II – A CONTESTAÇÃO DA GRAÇA DIVINA

A doutrina da graça foi fundamental para o desenvolvimento da teologia protestante, contudo, faz-se necessário ter uma noção

equilibrada para evitar os extremos tanto do legalismo quanto do antinomianismo.
2.1 Legalismo - Um legalista, de acordo com a definição dicionarizada, é uma pessoa que pensa que pode obter a aprovação de Deus pela conformidade exterior a uma lista de regras e que minimiza a importância dos motivos, da obra de Cristo, da fé e do papel do Espírito Santo na vida cotidiana. Na epístola que Paulo escreveu aos Gálatas ele mostra que o legalismo é uma deturpação do evangelho de Cristo (Gl. 1.7; 3.1-3). A causa dessa deturpação é que, para o legalista, a salvação pode ser obtida através de méritos humanos e não através da graça, por meio da fé, conforme está escrito em Ef. 2.8,9. As práticas legalistas, na verdade, “alguma aparência de sabedoria, em devoção voluntária, humildade, e em disciplina do corpo, mas não são de valor algum senão para a satisfação da carne” (Cl. 2.23).
2.2 Antinomianismo - Por outro lado, o antinomianista, isto é, aquele que se opõe a qualquer tipo de regra, defende que, uma vez salvo, nada mais o homem tem a fazer. Essa também é outra deturpação do evangelho, pois, no próprio versículo 10, de Ef. 2 diz o mesmo Paulo “Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas”. Somos salvos pela graça, por meio da fé, mas para andarmos no Espírito, produzindo, por conseguinte, o Seu fruto, que é: “amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei” (Gl. 5.22,23).

III – OS RELACIONAMENTOS DA GRAÇA

Em Tt. 2.11-14 Paulo nos ensina que a graça de Deus, há muito oculta nos conselhos amorosos de Deus (Cl. 1.26; II Tm. 1.9,10), se há manifestada em Cristo, o Verbo que se fez carne (Jo. 1.1,14), por isso, a todos os homens deve ser pregado esse evangelho (Mc. 16.15), pois Deus não deseja que nenhum deles se perca, mas que todos venham ao conhecimento da verdade (I Tm. 2.4). A manifestação da graça de Deus, porém, não deve dar ocasião à carne (Gl. 5.13), por isso, somos instruídos a renunciar, pois o discipulado cristão pressupõe a renúncia (Lc. 9.23): 1) à impiedade, que, no grego, é *asebeia* e significa “falta de reverência a Deus”, cujo antídoto é o exercício da piedade (I Tm. 4.7,8) e 2) às concupiscências mundanas ou, mais explicitamente, aos desejos desenfreados pelas coisas do mundo (I Jo. 2.15-17; 5.19), alto que somente pode se realizar se andarmos em Espírito (Gl. 5.16). Assim, poderemos viver, neste presente século, sóbria, justa e piamente. Esse modo de viver cristão tem, portanto, uma perspectiva escatológica, “aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo” (v. 13). Essa é a graça maravilhosa de Deus, que liberta o pecador (Rm. 6.14), desfazendo os domínios do pecado, dando ao ser humano a verdadeira liberdade em Cristo. Uma liberdade que vai além das dimensões morais, mas que é concretizada pela ética genuinamente cristã, respaldada pelo amor-agape. É nesse contexto que a graça não é barata, como dizia Bonhoeffer, antes

preciosa, pois coloca o ser humano em outra posição espiritual, que o transforma de dentro para fora. Somente assim é possível alcançar a santificação, o moralismo farisaico é incapaz de modificar a pessoa humana. É Cristo, pelo poder do Espírito Santo, que torna os santos santos. Isto é, tira-os da condição de meros santos posicionais, para serem transformados em santos aperfeiçoados, progressivamente.

CONCLUSÃO

A graça de Deus, em Jesus Cristo, nos alcançou dando-nos o que não merecíamos: a justificação através do derramamento do Seu sangue na cruz do calvário. Como resultado desse exclusivo de Deus, o qual respondemos por meio da fé, somos chamados não à prática legalista ou antinomianista, mas a vivemos a liberdade em amor que Cristo nos Deus. Essa liberdade não deve dar ocasião à carne, mas a uma vida sóbria, justa e piedosa, aguardando a volta gloriosa do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

BIBLIOGRAFIA

BRUCE, F. F. **Romanos**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2002

STOTT, J. **Romanos**. São Paulo: ABU, 2001